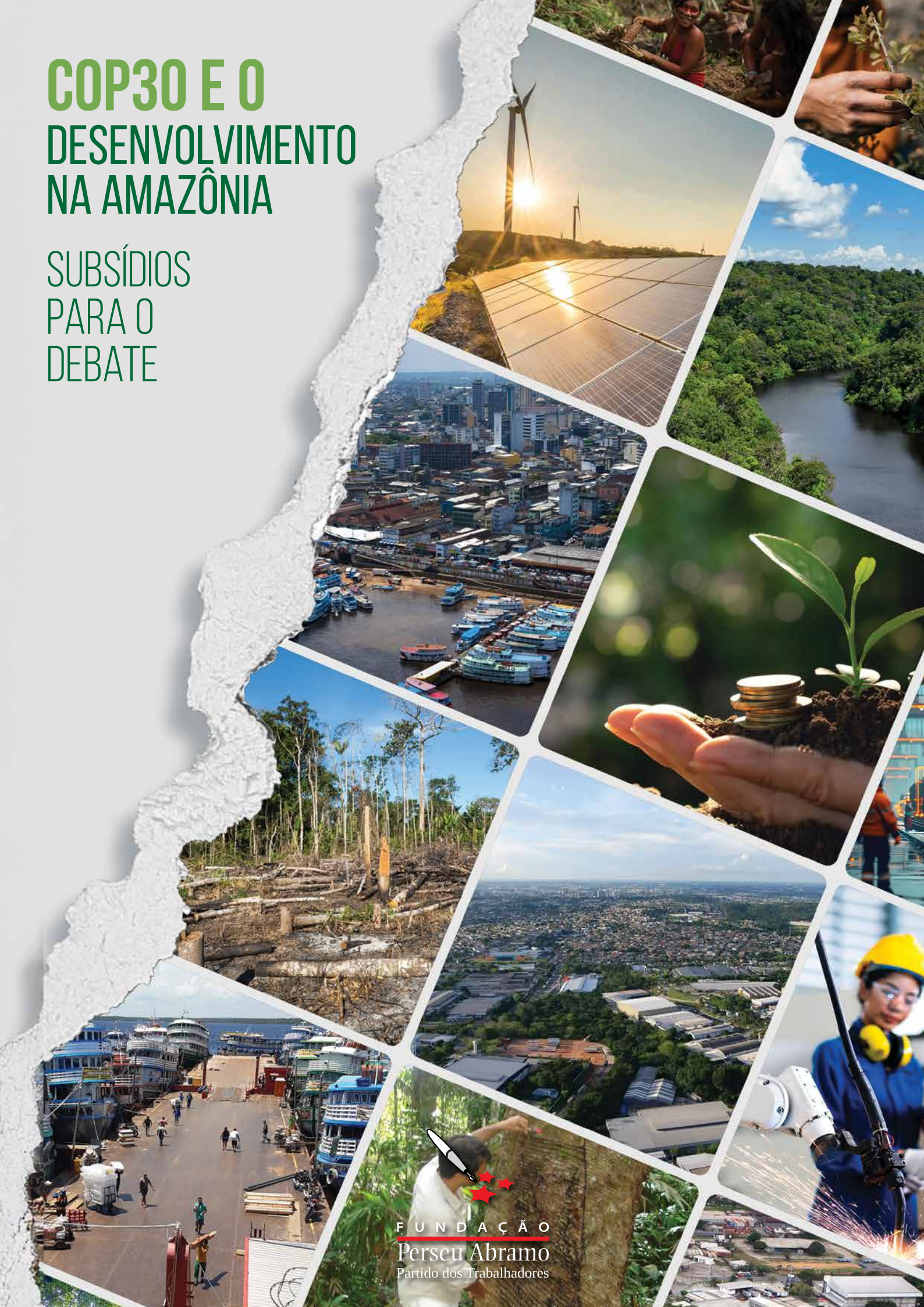


COP30 E O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

SUBSÍDIOS
PARA O
DEBATE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fotos capa: Bruno Kelly/Amazônia Real | MMPOP / Shutterstock| PARALAXIS - Shutterstock
Divulgação/Suframa | Wikipedia | Rivaldalve Coelho Gonçalves/Embrapa | Freepik

SUMÁRIO

10 COP 30 NA AMAZÔNIA: CONSTRUINDO O FUTURO DO MUNDO PARA TODOS

11 ESTAMOS PRONTOS PARA O DESAFIO

14 A HORA E A VEZ DA SOCIOBIOECONOMIA

15 SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS HISTÓRICOS

17 INTEGRAÇÃO REGIONAL MIRANDO NOVOS MERCADOS

19 FRONTEIRAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SEGURANÇA

20 MELHOR APROVEITAMENTO DO POTENCIAL ENERGÉTICO

21 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: DESENVOLVIMENTO E RETENÇÃO DE TALENTOS

23 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO

25 RETOMADA DE POLÍTICAS CONSISTENTES PARA A REGIÃO

26 FLORESTA EM PÉ SIM, MAS COM SEU POVO TAMBÉM EM PÉ



EXPEDIENTE

DIRETORIA Fundação Perseu Abramo

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Monica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar

Assessoria técnica

Ana Flávia Marx

Andressa Caprecci

Leandro Fontes Corrêa

Coordenação do Grupo Temático

Paulo Okamoto

Pedro Silva Barros

Participantes do Grupo de Trabalho - Desenvolvimento sustentável e a COP 30

Ana Julia Carepa

Anne Moura

Beto Faro

Charles Achcar Chelala

Esther Bemerguy

Jorge Viana

João Batista

João Victor Tayah

Kátia Maria dos Santos

Luiz Antonio Elias

Lúdio Cabral

Maria do Carmo Martins Lima

Marilene Freitas

Marluze Pastor

Mercedes Bustamante

Naiara Raiol

Nilton Totto

Paulo Rocha

Raimunda Monteiro

Saulo Dias

Sibá Machado

Titonho Beserra

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E O PAPEL DO BRASIL

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) na Amazônia ocorre em um momento em que o aumento de eventos extremos – como as secas históricas na região e as inundações catastróficas no sul do país – se manifestam como a face mais visível da emergência climática.

A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Belém do Pará, representa muito mais do que a escolha de uma sede: trata-se de uma oportunidade histórica para posicionar a Amazônia como centro de uma nova agenda global de desenvolvimento sustentável. O evento fortalece não apenas o protagonismo do Brasil, mas também dos países amazônicos, latino-americanos e caribenhos.

A complexidade da crise climática global exige ações imediatas. Ações de combate ao desmatamento e a substituição do modelo extrativista predatório, da pecuária extensiva e da monocultura de soja por uma economia compatível com a floresta são urgentes.

Ao sediar a COP30, o Brasil assume o papel de líder na agenda de enfrentamento da crise climática e nas propostas para transição energética, buscando soluções que rompam com a histórica dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Nesse contexto, a COP30 apresenta-se tanto como uma oportunidade para reforçar o multilateralismo¹ como caminho para encontrar respostas para os desafios da nossa época, para o desenho e a implementação de um modelo econômico, social e ambiental baseado na floresta em pé, mas que ao mesmo tempo apresente perspectivas de emprego, renda e educação para a população local.

Boa leitura!

1. O multilateralismo é uma forma de conduzir as relações internacionais baseada na colaboração entre diversos países, com o propósito de atingir metas compartilhadas e enfrentar desafios globais. Essa cooperação costuma ocorrer por meio de instituições e tratados internacionais.



Foto: Giselle Cristina Prinhoiro de Aragão / Embrapa

1. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA COP30 NA AMAZÔNIA

A realização da COP30 no coração da Amazônia posiciona a região como epicentro geopolítico da agenda climática global. O evento é uma oportunidade para o Brasil e países amazônicos liderarem soluções sustentáveis, integrando conservação ambiental e desenvolvimento econômico, além de combater a visão da Amazônia como “problema” para destacá-la como fonte de inovação.

2. SOCIOBIOECONOMIA COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Defendemos um modelo econômico baseado na relação sustentável com a floresta, valorizando extrativismo, agricultura familiar e saberes tradicionais. A sociobioeconomia visa gerar emprego e renda sem replicar práticas predatórias, priorizando produtos compatíveis com a floresta (ex: fármacos, castanhas) e garantindo justiça social.

3. DESAFIOS HISTÓRICOS DA ECONOMIA AMAZÔNICA

A região enfrenta heranças do extrativismo predatório e dependência de commodities, que geram desigualdade e degradação. Atualmente, apenas 1% das exportações da Amazônia brasileira são de produtos florestais sustentáveis, respondendo por apenas 0,17% do mercado global de produtos compatíveis com a floresta. Há, portanto, a necessidade de diversificação produtiva e uma grande margem para crescimento.



4. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO MULTILATERAL

A Amazônia é compartilhada por oito países e a sua integração é a melhor forma de evitar a ingerência extrarregional. Precisamos fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) tanto para reafirmar a soberania dos países amazônicos sobre a região como para promover a cooperação em dados, posicionamentos climáticos, sustentabilidade, infraestrutura adaptada às condições e necessidades da floresta e cadeias produtivas.

5. ENERGIA SUSTENTÁVEL COMO ALICERCE

O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. O aprofundamento de projetos de integração com os vizinhos, como os já existentes com a Bolívia e o Paraguai, pode ampliar a segurança energética e reduzir emissões, integrando fontes renováveis e infraestruturas adaptadas às especificidades do território.

6. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA PARA FIXAÇÃO DE TALENTOS

A Amazônia tem 405 instituições de ciência e tecnologia, mas sofre com evasão de jovens. Expansão de universidades com cursos técnicos (engenharia de pesca, saúde comunitária) e integração entre conhecimento tradicional e pesquisa científica são essenciais para criar ecossistemas locais de inovação.



Foto: Dennis G. Jarvis/ Wikipedia

7. PROTAGONISMO DOS POVOS AMAZÔNICOS

Indígenas, quilombolas e ribeirinhos são agentes-chave na preservação, mas enfrentam exclusão social. Políticas públicas devem priorizar acesso a educação, saúde e participação em decisões, garantindo que representatividade internacional se traduza em melhorias concretas de vida.

8. PAPEL DO ESTADO E GOVERNANÇA INOVADORA

A fragmentação política atual e a falta de compromisso da maioria dos governantes locais com a agenda ambiental exige reformulação institucional. Fortalecer órgãos como Sudam e Suframa, além de integrar programas como o PAC Verde, é crucial para coordenar o desenvolvimento sustentável.

9. RETOMADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

Iniciativas dos governos Lula e Dilma como a Nova Indústria Brasil, o PAC, o Plano de Transformação Ecológica e o Rotas de Integração precisam ser reforçadas considerando as características, as especificidades e as necessidades amazônicas. Esses programas devem estar articulados entre si e serem catalisadores do Fundo Clima e do Fundo Amazônia.

10. DADOS DE MERCADO E OPORTUNIDADES PERDIDAS

Enquanto o Vietnã exporta US\$ 600 milhões em pimenta-do-reino, o Brasil vende US\$ 100 milhões. A Bolívia domina 52% do mercado de castanha-do-brasil, contra 5% do Brasil. Essas disparidades exigem estratégias para escalar produção sustentável e acessar mercados globais (US\$ 176 bi/ano).

11. SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO EM FRONTEIRAS

Nossas extensas fronteiras amazônicas (12 mil km) concentram pobreza e crimes transnacionais. Soluções incluem transformá-las em polos de bioeconomia, hub logístico e ambiente favorável à promoção da inclusão produtiva e à cooperação internacional para combate de ilegalidades.

12. JUSTIÇA CLIMÁTICA E INCLUSÃO SOCIAL

A falta de oportunidade é a principal razão para migração de jovens amazônidas. Combater desigualdades históricas requer políticas intersetoriais, vinculando proteção ambiental a direitos básicos como educação em todos os níveis, saúde e energia limpa. Para que os jovens permaneçam no território, precisamos de trabalhadores preparados para atuar em atividades compatíveis com a floresta e instrumentos para reter nossos talentos na região.

13. LEGADO DA COP30: UM NOVO MULTILATERALISMO

O mundo de hoje está mais dividido do que o da primeira Conferência do Clima, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O multilateralismo precisa ser reafirmado. A COP 30 em Belém deve reafirmar, de forma inequívoca, o compromisso do Brasil e do mundo com uma economia que respeita a vida, com justiça social e com a integridade dos territórios.





COP 30 NA AMAZÔNIA: CONSTRUINDO O FUTURO DO MUNDO PARA TODOS

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) é uma oportunidade histórica para atualizar as propostas para o desenvolvimento inclusivo na Amazônia. Lideranças políticas e sociais se encontrarão para debater as medidas concretas que serão apontadas para atuar acerca do tema da urgência climática. Por isso, é importante discutirmos com a sociedade brasileira, à luz do evento mundial, a necessidade de desenvolver, crescer e apresentar propostas para as 30 milhões de pessoas que vivem na Amazônia brasileira.

Realizar a Conferência no coração da maior floresta tropical do planeta é uma convocação para firmarmos compromissos sociais, políticos, culturais e econômicos. Um chamado à comunidade internacional para pen-

sar na coexistência entre florestas e cidades de forma verdadeiramente equilibrada. Uma oportunidade para o Brasil e todos os países amazônicos firmarem seu protagonismo na construção de soluções globais.

A região foi escolhida por ser o maior símbolo dos desafios e oportunidades para a transição ecológica. Seu potencial se manifesta em características como sua biodiversidade e seus recursos hídricos – os maiores do mundo. Os efeitos perversos de décadas de extrativismo predatório, desmatamento e exclusão social são os principais entraves para o desenvolvimento sustentável da região.

Realizar a COP30 na Amazônia é a oportunidade de superar a lógica de problema a ser resolvido para afirmar-se como fonte de soluções.



ESTAMOS PRONTOS PARA O DESAFIO

Os Diálogos Amazônicos de 2023 mostraram isso. A iniciativa, organizada pelo Governo Federal, congregou organizações da sociedade civil de todos os países amazônicos para pensarem na construção de agendas para questões locais e mundiais, especialmente sobre o clima.

Agora, com a COP, desenha-se um momento privilegiado para a construção de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável. Temos a oportunidade de desmontar o pensamento que contrapõe conservação ambiental e progresso econômico e apresentar um projeto regional com vocação universal.



REALIZAR A COP30 NA AMAZÔNIA É MAIS DO QUE SEDIAR UMA CONFERÊNCIA: É MUDAR O CENTRO DA CONVERSA.

Isso, porém, não se faz sem um engajamento massivo. É preciso criar um mutirão, como defende o presidente da COP, Embaixador André Corrêa do Lago, para que a população reconheça que as mudanças climáticas são uma realidade atual, que interfere na vida de todos.

Mesmo com a crescente conscientização sobre o tema, esse ainda é um grande desafio. Cerca de um terço dos brasileiros (34%) não sabe o que são as mudanças climáticas. Esse número é ainda mais alto (54%) entre as classes mais baixas.

Mas os eventos climáticos extremos já fazem parte do cotidiano. Nos últimos duzentos anos, a temperatura do planeta já subiu mais de 1,0°C - e as projeções indicam um aquecimento global de mais 1,0 °C até o final deste sé-



culo. A consequência disso é o agravamento dos ventos extremos que já enfrentamos, como o aumento da temperatura, a elevação do nível do mar e o colapso de ecossistemas.

Precisamos reiterar que a América Latina e o Caribe, que abrigam não só a Amazônia, mas tantos outros biomas, são uma região altamente vulnerável às mudanças climáticas. Devido ao passado colonial e às persistentes desigualdades históricas, as populações pobres serão as mais afetadas, especialmente indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres e jovens. Por isso, é urgente falarmos de justiça climática.

Na agricultura, setor tão importante

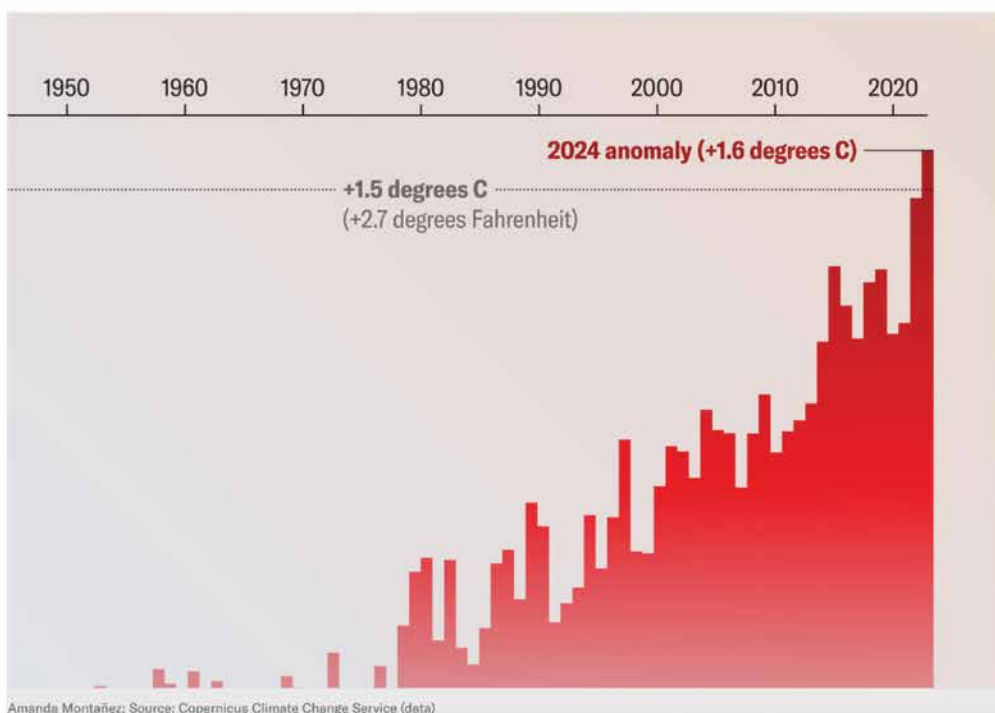
na região, os impactos podem gerar perdas de produtividade, especialmente na produção de subsistência, o que pode afetar os preços e aumentar a insegurança alimentar. Na saúde, as mudanças climáticas elevam casos de doenças como a malária e a dengue.

As secas já restringem o acesso à energia hidrelétrica e à água potável. As cidades têm sofrido com mais inundações e ondas de calor cada vez mais frequentes e intensas.

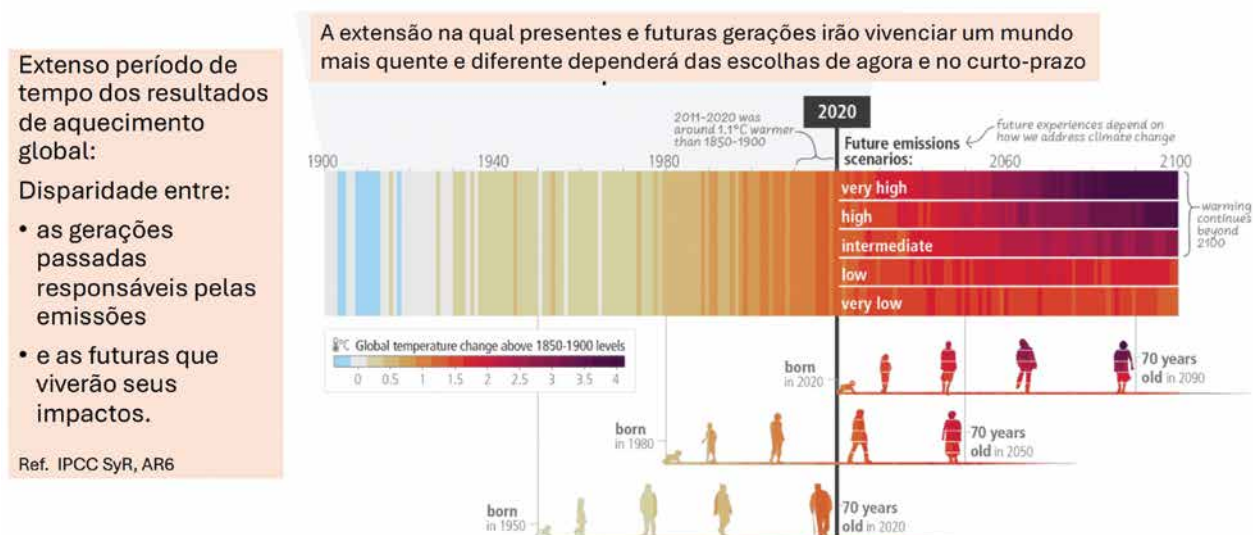
A biodiversidade está em risco. Ao mesmo tempo, é essa mesma biodiversidade o maior ativo da Amazônia. Ela é a grande oportunidade para garantir vida digna para os

2024 foi o primeiro ano em que a temperatura média global ultrapassou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Isso se deveu às temperaturas excepcionais da superfície terrestre e marítima e ao calor do oceano.



amazônidas. O Estado e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto para coibir crimes contra a natureza e os povos da Amazônia, e também fomentar uma economia de produtos compatíveis com a floresta.



O gráfico também mostra como as gerações nascidas nas décadas de 1950, 1980 e 2020 enfrentam os efeitos climáticos de forma diferente. quanto mais roxo, mais quente. Seguindo esta escala: Cenários de futuras emissões: Experiências futuras dependem de como endereçamos as mudanças climáticas.

Muito alto / Alto / Intermediário / Baixo / Muito baixo



Foto: Ronaldo Rosa / embrapa

A HORA E A VEZ DA SOCIOBIOECONOMIA



Foto: Wikipedia

O passado e o futuro da Amazônia apontam para a bioeconomia. No fim do século XIX, a economia amazônica foi estruturada com base no extrativismo da borracha da seringueira. No entanto, o grande valor de exportação do produto não se refletiu em melhoria na condição de vida das populações. Hoje, a região, que já foi considerada uma das mais promissoras do país, tem os piores indicadores sociais e econômicos do Brasil.

Devemos resgatar o legado de Chico Mendes, e promover as propostas para um desenvolvimento que seja compatível com a floresta. Mas, afinal,

o que isso significa?

Falar em sociobioeconomia é falar de um modelo de desenvolvimento enraizado no território. É reconhecer o valor do extrativismo, da pesca, da agricultura familiar, da relação ancestral e cotidiana com a floresta e com os rios. Mas também é reconhecer que só há vida digna com acesso aos serviços públicos, tanto sociais como de infraestrutura.

A Amazônia também é urbana. A maioria da população vive, estuda e trabalha nas cidades. O modelo sociobioeconômico deve gerar empre-

go, renda e cidadania. Mas não deve reproduzir a lógica predatória que destrói a floresta, empobrece e expulsa os amazônidas de suas terras. E que gera uma riqueza que não fica no território.

Não basta a floresta em pé e o povo de joelhos nas periferias. Não há justiça climática sem vida digna para os que vivem na floresta e nas cidades do Norte do Brasil. **A sociobioeconomia representa uma oportunidade estratégica para impulsionar os produtos compatíveis com a floresta,** nomenclatura utilizada para designar bens que podem ser extraídos ou produzidos sem causar danos significativos ao ecossistema.

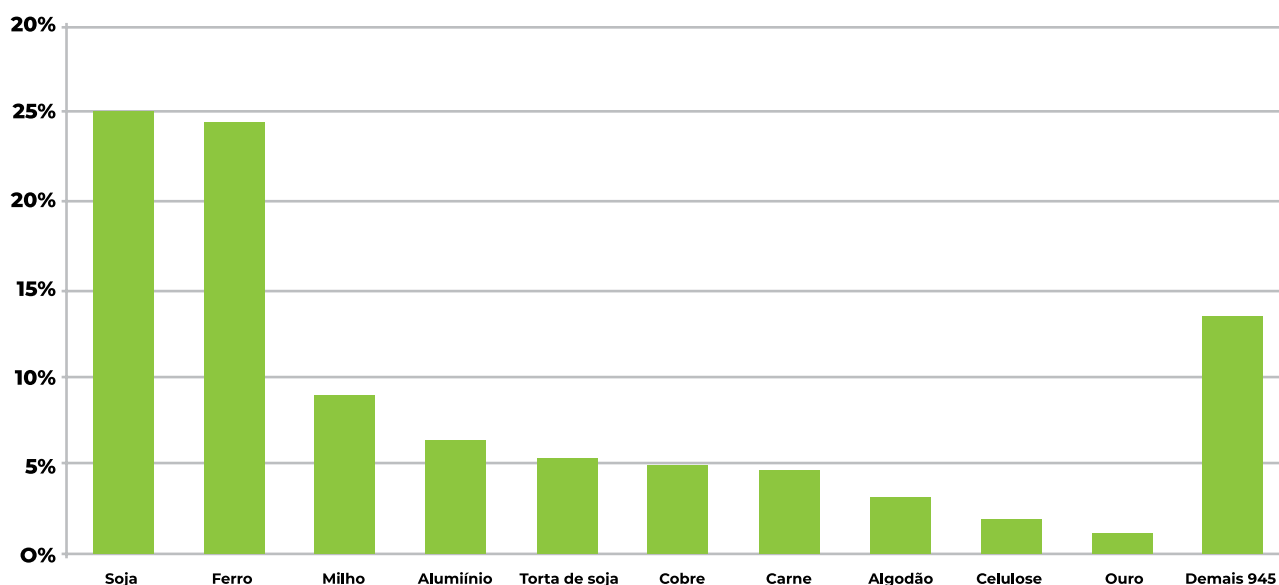


SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS HISTÓRICOS

Apesar de sua riqueza natural e humana, a economia amazônica enfrenta barreiras estruturais. As limitações da produção assentada no modelo de extrativismo mineral, pecuária extensiva e expansão da soja já são há muito conhecidas. Elas operam de forma desconectada tanto da reali-

dade amazônica quanto da integração produtiva com os países vizinhos. Mesmo a Zona Franca, que teve um papel relevante para a preservação da floresta, está passando por um processo de esgotamento. Além disso, existe o acesso limitado a mercados globais, baixa escala de produção de

AS EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA SÃO MUITO CONCENTRADAS



produtos compatíveis com a floresta e subfinanciamento para uma economia sustentável.

A Amazônia continua exportando majoritariamente commodities incompatíveis com a floresta: soja (25%), minério de ferro (20%), milho (7%), alumínio (5%), carne bovina (4%), entre outras. Enquanto isso, os produtos compatíveis com a floresta brasileira respondem por apenas US\$ 298 milhões em exportações - uma fração mínima de um mercado global, estimado em 176 bilhões de dólares. A Amazônia participa com apenas 0,17% desse mercado, e o Brasil como um todo com 1,5%.

A comparação com outros países mostra o tamanho das oportuni-

dades perdidas. A Bolívia lidera o mercado de castanha-do-brasil com 52%, enquanto o Brasil detém apenas 5%. O Vietnã exporta US\$ 600 milhões em pimenta-do-reino, contra US\$100 milhões do Brasil. O Equador domina 56% das exportações globais de palmito, enquanto o Brasil participa com apenas 1,29%.

Esses números escancaram a urgência de um novo paradigma produtivo que gere valor com floresta em pé, promova soberania econômica regional e recoloque o Brasil como referência global em bioeconomia. Para isso, precisamos de inovação e infraestrutura adaptada às características amazônicas para aumentar a nossa competitividade e, conseqüentemente, o acesso aos grandes mercados.

SE ESSE SETOR TIVESSE O MESMO DESEMPENHO MÉDIO QUE O BRASIL...



INTEGRAÇÃO REGIONAL MIRANDO NOVOS MERCADOS

A Amazônia é compartilhada por oito países sul-americanos e pelo território ultramarino da Guiana Francesa. Além de fronteiras, compartilhamos identidades, desafios e potências. Neste contexto, a articulação entre governos nacionais e locais, comunidades tradicionais e entidades que atuam na região é fundamental.



Foto: Leandro Correa

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) deve ter um papel central na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, o compartilhamento de dados, tecnologias e a tomada de posições conjuntas em fóruns multilaterais – inclusive nas negociações sobre o clima.

É preciso pensar novos arranjos produtivos e institucionais que articulem Estado, mercado e sociedade em torno de um projeto comum. A iniciativa privada também tem um

papel importante nessa história. Por meio do empreendedorismo de impacto ou das cooperativas, pode-se pensar soluções que respeitem o território, promovam a inclusão produtiva e alavanquem economias de escala. É preciso ter um olhar abrangente para atender as cadeias regionais e globais de produção e comércio. Além disso, a região possui imenso potencial naval-fluvial. Desenvolver uma indústria nesse setor promove uma maior circulação de pessoas, produtos e conhecimentos.

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA) DEVE TER UM PAPEL CENTRAL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



FRONTEIRAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SEGURANÇA



A integração regional emerge como pilar estratégico para a governança climática, especialmente em ecossistemas transfronteiriços como a Amazônia. Esses territórios demandam cooperação multilateral para desafios compartilhados – de queimadas a doenças – que ignoram delimitações políticas.

As fronteiras brasileiras perfazem 17 mil quilômetros, a maior parte deles em território amazônico. Uma região repleta de contradições. Áreas estratégicas com altos índices de pobreza, fruto de políticas históricas que priorizaram segurança sobre desenvolvimento. A pressão de

crimes transnacionais (tráfico, garimpo) expõe a necessidade de uma abordagem integrada, combinando cooperação internacional, investimentos em economia sustentável e inclusão produtiva.

A segurança efetiva nas fronteiras exige transformá-las em pólos de inovação ecológica, articulando proteção ambiental com desenvolvimento soberano. Isso requer decisão política para integrar a Amazônia às cadeias regionais, modernizar infraestrutura e valorizar saberes locais – transição urgente para romper ciclos de desigualdade e garantir sustentabilidade global.



MELHOR APROVEITAMENTO DO POTENCIAL ENERGÉTICO

A integração energética na Amazônia e América do Sul configura-se como alicerce para um desenvolvimento sustentável, combinando potencial de fontes renováveis (biomassa, solar, eólica e hidrelétrica) com respeito a ecossistemas e direitos locais.

Reforçar a interconexão regional – exemplificada por projetos como Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai – pode ampliar a segurança energética, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e universalizar acesso à eletricidade. Esse é o caminho para um mercado sul-americano de energia com preços acessíveis e estabilidade jurídica.

A mudança energética não se dará por ruptura, mas por acúmulo progressivo de inovações e coexistência entre fontes tradicionais e renováveis. O desafio é garantir que o ex-

cedente da economia baseada em combustíveis fósseis até 2050 sirva como fonte de financiamento para as novas infraestruturas verdes – assegurando soberania, segurança de fornecimento e preços acessíveis.

A Amazônia, detentora de uma das matrizes mais limpas do mundo, é peça-chave na descarbonização continental, mas enfrenta desafios críticos: consumo energético per capita abaixo da média nacional, fruto de infraestrutura precária e baixa renda.

Elevar a qualidade de vida na região – de comunidades tradicionais a centros urbanos – exige ampliar o acesso à energia de forma ambientalmente responsável e socialmente justa, integrando soberania energética, inovação tecnológica e cooperação regional como pilares de uma nova geopolítica sustentável.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: DESENVOLVIMENTO E RETENÇÃO DE TALENTOS

Manter a juventude e formar novos talentos nos territórios têm um papel fundamental no desenvolvimento amazônico. Enquanto a falta de oportunidades e a baixa qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura urbana forem a tônica da região, o êxodo urbano e o subdesenvolvimento continuarão se perpetuando.

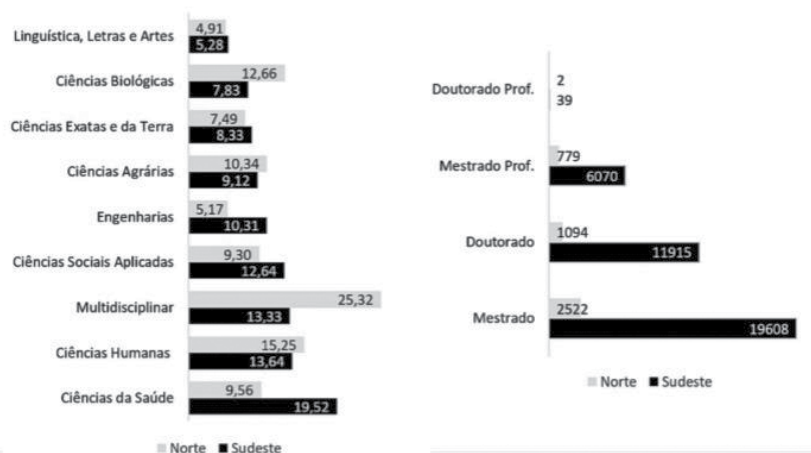
A expansão estratégica de universidades e institutos federais – com foco em formações técnicas alinhadas às demandas locais (engenharia de pesca, saúde comunitária, taxonomia) – é vital para criar perspectivas de futuro enraizadas na identidade

cultural. A educação intercultural e territorializada, conectada às realidades ribeirinhas e indígenas, permite transformar a região a partir de dentro, substituindo a migração por desenvolvimento inclusivo.

Paralelamente, a Amazônia possui infraestrutura científica relevante (405 Instituições de Ciência Tecnologia e Inovação, 655 cursos de pós-graduação), mas enfrenta fuga de talentos pela falta de ecossistemas de inovação e mercado de trabalho qualificado.

Consolidar a região como polo de ciência aplicada exige editais adaptados às especificidades locais, pro-

PROTAGONISMO DA C, T E I DA AMAZÔNIA - ESPECIALIZAÇÃO MULTIDISCIPLINAR E BIOLÓGICA



NORTE: 19 MESTRES E 45 DOUTORES / POR 100 MIL HABITANTES

SUDESTE: 30 MESTRES E 14 DOUTORES / 100 MIL HABITANTES

Figura 1 - (a) Porcentagem dos cursos de pós-graduação, por grandes áreas - regiões Norte e Sudeste; (b) Discentes titulados por grau acadêmico nas regiões Norte e Sudeste

gramas de bolsas permanentes e integração entre conhecimento tradicional e pesquisa de ponta.

Áreas como bioeconomia, farmacologia ancestral e vigilância ambiental dependem dessa sinergia entre saberes – em que jovens cientistas possam atuar em redes produtivas locais, transformando biodiversidade em prosperidade sem romper com seu território. A ciência pública, regionalizada e comprometida com a soberania amazônica, é a chave para desvendar e valorizar o maior patrimônio biocultural do planeta.

Mas não basta formar profissionais se não houver mercado de trabalho para todos. O futuro da juventude amazônica depende da conexão entre formação educacional e científicas com oportunidades

concretas de trabalho.

Para isso acontecer, é preciso integrar desde microempreendedores locais até grandes empresas a partir das atividades produtivas da floresta e atividades de baixo impacto ambiental.

Só assim será possível gerar empregos qualificados e inclusivos e garantir que o conhecimento e a inovação formados na Amazônia se traduzam em desenvolvimento econômico com justiça social e permanência dos jovens nos territórios.



Foto: Leandro Correa

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO



Foto: Arne Müsseler / arne-mueseler.com / CC-BY-SA-3.0

O protagonismo dos povos da Amazônia se fortalece melhorando suas condições de vida e vice-versa. A contribuição dos povos da floresta para o desenvolvimento sustentável já adquiriu relevo internacionalmente, seja nas Conferências do Clima ou em outros fóruns multilaterais.

Está na hora de que essa importância não se limite a representatividade nas discussões. Ela precisa se traduzir em melhoria concreta nas condições de vida das populações amazônidas. E isso quer dizer melhor acesso à educação, trabalho e saúde.

É preciso também pensar em po-

líticas específicas, voltadas para a parcela jovem, feminina e negra da população. Ela é maioria na região. Seus rostos, corpos e vozes precisam estar no centro do desenho das políticas públicas.

E aí entra o papel do Estado. Só uma governança amazônica inovadora, integrada e comprometida com a sustentabilidade e o desenvolvimento social pode garantir um futuro adequado para o Brasil e o planeta. A articulação entre o governo federal, organismos internacionais e atores locais é um imperativo para enfrentar os desafios complexos da região.

Hoje, a falta de articulação, a fragmentação política e a fragilidade dos marcos legais comprometem a efetividade das políticas públicas. Além disso, cerca de 90% dos governantes da região não demonstram compromisso ambiental em seus programas de governo. Diferente de outros países e governos, entendemos que o combate ao desmatamento e a redução das emissões devem caminhar juntos. Floresta em pé significa menos carbono na atmosfera.



SÓ UMA GOVERNANÇA AMAZÔNICA INOVADORA, INTEGRADA E COMPROMETIDA COM A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL PODE GARANTIR UM FUTURO ADEQUADO PARA O BRASIL E O PLANETA.

RETOMADA DE POLÍTICAS CONSISTENTES PARA A REGIÃO

Precisamos avançar, planejando o futuro e tomando nossos programas e iniciativas como ponto de partida.

Iniciativas dos governos Lula e Dilma como a Nova Indústria Brasil, o PAC, o Plano de Transformação Ecológica e o

Rotas de Integração Sul-Americana precisam ser reforçadas considerando as características, as especificidades e as necessidades amazônicas. Esses programas devem estar articulados entre si e serem catalisadores do Fundo Clima e do Fundo Amazônia.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) devem ser atualizadas

e fortalecidas para exercerem o papel de planejamento, articulação e fomento.

O papel do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), da Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e, sobretudo, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ampliam a participação social e fortalecem a agenda regional.

Só assim a Amazônia poderá avançar com justiça social, inovação e sustentabilidade, respeitando sua diversidade e importância global.



Foto: MMPOP / Shutterstock



Foto: Divulgação/CNI



FLORESTA EM PÉ SIM, MAS COM SEU POVO TAMBÉM EM PÉ

A Conferência do Clima na Amazônia é, portanto, uma afirmação política: a floresta não é periferia do mundo - é centro de futuro compartilhado. O Brasil tem a responsabilidade histórica de construir o caminho para o desenvolvimento com a Amazônia no centro de um pacto global entre sociedade e natureza.

Em 2025, o mundo parece mais dividido, polarizado e conflitivo do que em 1992. O multilateralismo precisa ser reafirmado. Essa é uma das tare-

fas das lideranças políticas e sociais que estarão reunidas em Belém.

A COP30 em Belém precisa marcar, de forma inequívoca, o compromisso do Brasil e do mundo com uma economia que respeita a vida, com justiça social e com a integridade dos territórios. A Amazônia deixará um legado para a Conferência do Clima - e a Conferência por sua vez, deve deixar um legado duradouro para a Amazônia. Que essa troca seja o marco de um novo tempo.





F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana - São Paulo (SP) - CEP 04117-091
Telefone: (11) 5571-4299